

# Água potável como direito da cidadania

» PEDRO CAMPOS  
Deputado federal (PSB-PE)

Quem vive numa grande cidade e tem filhos em idade escolar não imagina que existem no Brasil 7.514 escolas nas quais mais de um milhão de alunos, professores e servidores não têm suprimento regular de água potável. Nessas escolas, as pessoas consomem água apanhada em cacimbas ou diretamente no leito de rios e barreiros, sem nenhum tratamento.

Conhece-se essa realidade dramática examinando os dados do Censo Escolar 2023, combinados com informações colhidas na base de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2022). Constatou-se que uma em cada 24 escolas do país submete sua comunidade ao dilema de escolher entre ficar com sede ou beber água imprópria para o consumo humano. Parte significativa dessas unidades está no Nordeste, região marcada pela irregularidade das chuvas, portanto, pelas secas periódicas. Somente nos estados da Bahia e do Maranhão somam 851 as escolas que não são abastecidas regularmente com água potável.

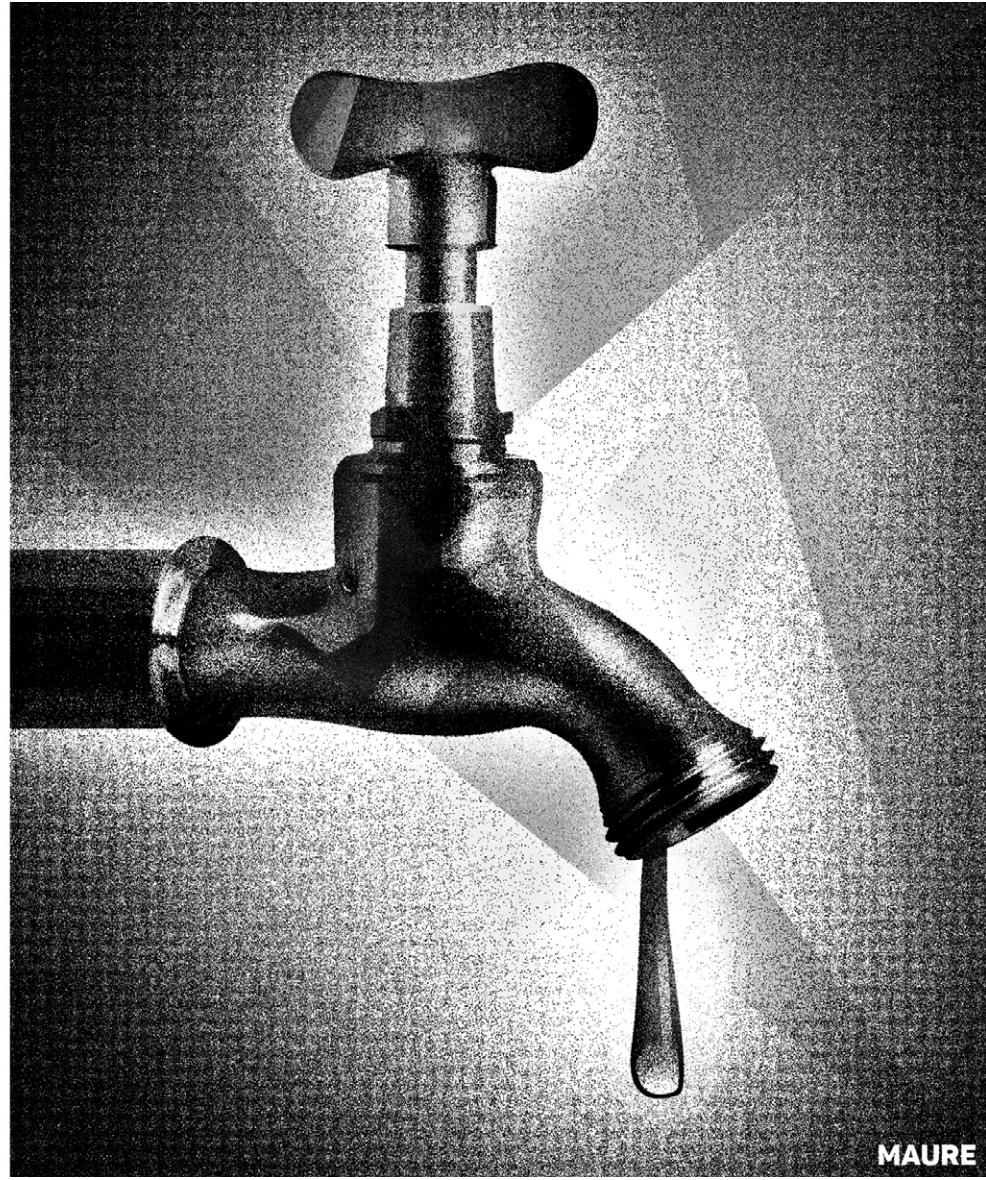
Mas que não se culpe o clima por essa situação. Existem escolas assim em todas as regiões do país, inclusive, no Sul (306 escolas) e no Sudeste (312). Aliás, é na Amazônia, por vezes às margens do rio mais caudaloso do mundo, que encontramos exatamente 3.539 escolas sem água potável — ou seja, quase metade das listadas no Censo.

Fica evidente que de modo algum a falta de água é o problema. A causa real é a ausência ou insuficiência das políticas públicas que o Estado brasileiro, em suas três esferas, tem obrigação de implementar. Já vimos que isso faz a diferença, lembrando que, no passado nem tão distante, as secas provocavam mortes por fome e sede, além do êxodo da população. Nas duas últimas décadas, a população, com o colchão protetor das políticas sociais, teve condições de conviver com dignidade com as secas recorrentes e inevitáveis.

Do mesmo modo, o escândalo das escolas sem água potável precisa chegar ao fim, e, para isso, é fundamental o comprometimento de todos — Estado e sociedade civil, Executivo e Legislativo. Como parlamentar e como nordestino, fiz do atendimento das necessidades das pessoas sem acesso à água a prioridade mais destacada do meu mandato. Desde o primeiro dia.

Na semana passada, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 5350/23, que amplia a distribuição de água pela Operação Carro-Pipa para áreas urbanas do semiárido brasileiro. Uma emenda que apresentei estende o abastecimento emergencial de água às escolas nordestinas desassistidas.

Além disso, fui o relator da PEC nº 6/2021, que inscreve, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais. Meu relatório foi aprovado na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania



(CJJC) em outubro do ano passado. Espero vê-lo aprovado pelo plenário o mais rapidamente possível.

Também relatei o projeto (PL 9543/18), que nacionaliza a tarifa social para as contas de água e esgoto, aprovado na Câmara e em tramitação no Senado. Temos tarifa social universal para energia elétrica desde 2002, atendendo mais de 12 milhões de famílias. Alguns estados — como Rio de Janeiro e São Paulo —, além do Distrito Federal, concedem benefício idêntico na conta d'água, e precisamos ampliar o acesso.

O texto fixa uma diretriz nacional para a tarifa social, com regras que padronizam esse tipo de política pública, definindo como é a implantação e quem são os beneficiários. No caso, são famílias inscritas no CadÚnico e que têm renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa. Também beneficia quem recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Nos estados em que há tarifa social de água, atualmente as agências reguladoras autorizam as companhias a cobrar um pouco mais caro de quem não está no CadÚnico para

compensar a redução de receita com o desconto dado a pessoas de baixa renda. É o chamado subsídio cruzado. O problema é que o subsídio cruzado só é viável nos estados em que há mais consumidores de renda mais alta do que possíveis beneficiários da tarifa social — e temos aqui mais um indicador das desigualdades regionais brasileiras. Ou seja, é viável no Sudeste, mas não no Nordeste. O projeto que relatei estabelece, então, a criação de uma Conta de Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento, de onde virão os recursos, repassados às companhias, do Orçamento da União, para garantir o subsídio direto e a tarifa reduzida para os mais pobres.

É importante frisar que o subsídio utilizado para garantir a universalização do acesso à água tratada resultará em benefício para toda a sociedade, pois, como sabemos, cada centavo aplicado em abastecimento de água e saneamento tem como resultados, além do benefício óbvio de melhorar o meio ambiente e salvar vidas, a redução dos gastos com os sistemas de saúde público e privado, custo que pesa para todos.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Espadas em arado

Quem, por acaso, conhece o livro de Jean Giono (1895-1970) *O homem que plantava árvores*, de 1953, por certo leu a frase: “Os homens poderiam ser tão eficazes como Deus em algo mais que a destruição”. Com isso, o autor quis dizer que os homens poderiam, se assim dispusessem, imitar o Criador, erguendo e cuidando de todas as formas de vida sobre a Terra, e não destruindo e reduzindo a cinzas como faz a morte, ao deixar escombros e aridez por onde passa.

A observação de Jean veio a propósito da incansável atividade de Elzéard Bouffier, o personagem principal que, durante a maior chacina de nossa história, representada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), continuava, dia após dia, plantando carvalhos numa região agreste dos Baixos Alpes franceses, já abandonada pela população local devido ao desmatamento secular promovido pelos carvoeiros naquela região.

O contraste entre quem cuidava de recuperar a vida da região e o morticínio irracional da guerra de é flagrante e mostra, de forma crua, como os homens podem, ao mesmo tempo, abandonar de lado a vida em sua plenitude e seguir os passos da morte, mesmo sabendo dos resultados dessa opção. O texto chegou ao Brasil em forma curta, em animação, dirigido por Frédéric Back. Lançado pelo Oscar, Annecy, Festival de Animação de Hiroshima e Festival Internacional de Ottawa.

O texto é cada vez mais atual, justamente por mostrar a capacidade do ser humano em mudar o mundo ao seu redor, tanto para o bem como para o mal. Nesses tempos em que o nosso planeta experimenta, por meio do fenômeno do aquecimento global, o que talvez seja o seu maior desafio de todos os tempos, e que pode ser um fim à existência da própria espécie humana na Terra, nada mais hodierno e premonitório do que as mensagens contidas nesse texto escrito ainda no século passado.

Buscar o exato significado para as árvores, num tempo em que ainda se acredita não existir nenhum, é uma tarefa e um desafio que pode nos colocar, hoje, entre permanecer por essas paragens ou ter que sair de fininho para outros mundos para não perecer. O desafio gigante que, na obra, é realizado por um só homem durante os mais de 30 anos em que plantou naquela região milhões de árvores pode ser uma das respostas para esse dilema da atualidade.

Embora pareça uma tarefa impossível, recuperar o planeta da degradação imposta pelas consequências da Revolução Industrial em sua ânsia por adquirir matérias-primas, o livro mostra que bastou a persistência de apenas um indivíduo para mudar a realidade local. “Um único homem, reduzido a seus recursos físicos e morais, foi capaz de transformar um deserto em uma terra de Canaã”, diz o autor.

O que conhecemos hoje por meio da palavra muito em moda como resiliência, que é a capacidade de resistir e se adaptar às mudanças, tanto pode ser aplicada ao homem como à própria natureza, desde que lhes seja ofertada a oportunidade. A esse fenômeno, que muitos classificam como um sinal e uma semente da própria vida, é que pode estar a redenção, ou não, da humanidade.

Obviamente que os exemplos a seguir não devem se resumir a uma obra de ficção, mas podem nela inspirar para promover as mudanças necessárias e urgentes que o momento exige. Toda grande obra tem seu início apenas movido pela inspiração trazida pelos belos exemplos, sejam eles reais ou não. O primeiro passo é o das ideias, dado ainda no mundo abstrato dos projetos mentais. Pode vir a ser realidade concreta, pelo esforço físico, o que é uma mera consequência da capacidade de pensar. Nesse caso, pensar num mundo em que a vida seja ainda uma possibilidade real e que valha a pena.

Na Etiópia, um dos países mais populosos e pobres da África, o governo empreendeu uma jornada em que, em apenas 12 horas, uma força-tarefa conseguiu a façanha de plantar mais de 350 milhões de árvores. Um recorde mundial. Também a Índia, castigada pelos desflorestamentos, vem empreendendo um grande esforço para recuperar suas florestas. Na última empreitada, 800 mil voluntários plantaram mais de 50 milhões de árvores e prosseguem plantando. Na China, parte ociosa do que seria o maior exército do planeta tem sido deslocada para a mesma tarefa no norte do país. São mais de 60 mil soldados empenhados nessa tarefa. Os fuzis cedem lugar às ferramentas agrícolas.

São esforços pontuais, mas que podem fazer a diferença em um futuro não muito distante. Cientistas acreditam que, pelo estágio atual de degradação do planeta, será preciso, ao menos, o plantio de mais de 1,2 trilhão de novas árvores apenas para arrefecer a Terra e livrá-la dos efeitos maléficos do aquecimento global. A situação, que é bem do conhecimento dos técnicos das Nações Unidas, tem estimulado ações dessa organização, com vistas a um projeto, já em andamento, cuja meta é plantar 4 bilhões de novas árvores nos próximos anos.

### »A frase que foi pronunciada

“Mesmo se eu soubesse que amanhã o mundo iria desmoronar, eu ainda plantaria minha macieira.”

Martinho Lutero

### »História de Brasília

O dr. Sívio Pereira Lima, diretor do Departamento Administrativo da Fundação Hospitalar, acaba de ser nomeado diretor do Departamento Hospitalar. É uma garantia para os que desejam ver construídos os hospitais das cidades satélites, e dos núcleos rurais. (Publicada em 6/4/1962)

## Desafios tributários para as empresas brasileiras em 2024

» HÉLDER SANTOS  
CEO DA TAX STRATEGY

Mestre e doutorando em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP)

Desde o início do ano, uma série de mudanças significativas tem abalado o cenário tributário brasileiro. Entre elas, destacam-se a Lei 14.789/2023, conhecida como “MP das subvenções”, e a limitação para compensação tributária estabelecida pela Medida Provisória nº 1.202, de 29 de dezembro de 2023. Essas medidas têm provocado debates acalorados e preocupações entre empresários e especialistas, principalmente no que tange aos seus impactos e desafios para as empresas.

A “MP das subvenções” trouxe consigo uma série de alterações no tratamento das subvenções para investimento, com o objetivo de restringir seu uso e aumentar a arrecadação federal. O benefício fiscal, que antes permitia às empresas reduzir o lucro tributável para IRPJ e CSLL, agora está sujeito a novas regras que o tornam menos atrativo. As subvenções para investimento passaram a integrar a base de cálculo de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, o que resulta em uma carga tributária de 43,25%. Apesar da possibilidade de crédito fiscal de 25%, o impacto no caixa das empresas é considerável, o que pode afetar sua capacidade de investimento e crescimento.

Outra mudança relevante é a alteração nas regras do Juros sobre Capital Próprio (JCP),

que teve seu cálculo modificado, o que reduz os valores que podem ser deduzidos e aumenta o lucro tributável das empresas. Embora inicialmente o governo federal tenha cogitado sua eliminação em 2024, as novas regras mantiveram sua vigência, porém com impactos negativos para as empresas, que enfrentam uma maior carga tributária.

Além disso, a limitação para compensação tributária estabelecida pela Medida Provisória nº 1.202 tem gerado preocupações adicionais. Anteriormente, empresas que obtinham créditos fiscais decorrentes de ações judiciais podiam utilizá-los para quitar tributos devidos nos períodos subsequentes. No entanto, com a nova medida, essa possibilidade foi drasticamente reduzida. Isso obriga o contribuinte a desembolsar mais recursos financeiros para cumprir suas obrigações tributárias.

Os impactos dessas mudanças são generalizados e afetam empresas de todos os setores da economia. O aumento da carga tributária e a redução das possibilidades de compensação de créditos fiscais representam um desafio adicional para as empresas, que já enfrentam um ambiente de negócios complexo e competitivo.

É importante ressaltar que, além dos impactos financeiros diretos, essas mudanças

também podem causar insegurança jurídica e desestimular investimentos no país. A falta de previsibilidade e estabilidade no ambiente tributário são motivos para afastar investidores e prejudicar o desenvolvimento econômico do Brasil. Diante desse cenário, é fundamental que as empresas estejam preparadas para enfrentar os desafios impostos pelas novas medidas. Isso inclui uma revisão cuidadosa de suas estratégias fiscais e uma análise detalhada do impacto das mudanças nas suas operações e resultados financeiros.

Além disso, é essencial que o governo promova um diálogo transparente e colaborativo com o setor empresarial, buscando encontrar soluções que conciliem a necessidade de aumento da arrecadação com a promoção do crescimento econômico e da competitividade das empresas brasileiras.

Em suma, as recentes mudanças no cenário tributário brasileiro representam um desafio significativo para as empresas, que precisam se adaptar a um ambiente de maior complexidade e incerteza. É fundamental que o governo e o setor empresarial trabalhem juntos para encontrar soluções que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e garantam a competitividade do Brasil no cenário global.